

13 JAN 1995

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE SÃO PAULO
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1873

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
 Ruy Mesquita
 César Tácito Lopes Costa
 José M. Homem de Montes
 Oliveira S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

Diretor Executivo

Leão Serva

Editor Chefe

Celso Kinjô

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Roberto Crissiuma Mesquita

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

Dose certa, sem tequila.

Como havíamos antecipado em nosso editorial de ontem, o governo federal, atento aos desdobramentos de médio e longo prazo que a crise mexicana poderá ter sobre a economia brasileira, ontem mesmo já suspendeu o depósito compulsório sobre os Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACCs), para reaquecer um pouco as exportações brasileiras, com o que demonstra que sabe agir na hora certa e na dose exata.

E será incentivando as exportações, por mecanismos como este e outros que têm sido aventados pelas autoridades econômicas, que se obterá a redução do chamado **Custo Brasil** de forma a garantir a manutenção dos superávits na balança comercial, que fazem a diferença básica entre a economia brasileira e as economias argentina e mexicana no capítulo das contas externas. O Banco Central, como avisou em sua primeira entrevista como presidente da instituição o economista Pêrsio Arida, não pretende adotar nenhum tipo de alteração na política cambial, a curto prazo, como defendem alguns empresários e economistas franco-atiradores.

Uma alteração como a pretendida — desvalorizando o real — levaria, imediatamente, a um reajuste geral nos preços internos nas mesmas proporções, pressionando a inflação para cima. E, aí sim, como no México, provocaria uma desconfiança dos investidores estrangeiros na firmeza do programa de estabilização econômica, com a consequente fuga de capitais e o retraimento dos investimentos externos. O governo, portanto, não pode e não deve alterar a política cambial. É ela, basicamente, que está ancorando até agora o grande sucesso do Plano Real.

Sabe-se, porém, que a longo prazo, pelo exemplo do próprio México, essa situação pode vir a tornar-se insustentável, sobretudo agora que as sobras da crise mexicana interromperam a “inundação” de capitais

externos que ajudava a sustentar esse esquema. Por isso, aumenta sensivelmente a responsabilidade do Congresso Nacional em Brasília daqui para a frente.

Para fugir da camisa-de-força que a sustentação de toda a política antiinflacionária no câmbio traz ao longo do tempo, o governo Fernando Henrique, como ficou reiterado na longa reunião ministerial de sexta-feira e sábado passados na Granja do Torto, planeja deslocar a ênfase do programa antiinflacionário da política cambial e monetária para a política fiscal. Isso significa aprofundar os cortes nos gastos públicos, para atingir o equilíbrio definitivo das contas públicas, por intermédio da redução do tamanho do Estado e da desregulamentação das atividades econômicas. Objetivo que só pode ser alcançado com a aprovação da reforma constitucional ampla, que está em fase final de elaboração pela equipe de FHC, e de outras leis ordinárias como a da concessão dos serviços públicos e a de propriedade industrial, já aprovadas na Câmara e dependendo apenas da votação no Senado.

Quanto mais cedo o governo federal tiver esses instrumentos em mãos mais cedo a economia brasileira voltará a crescer e mais longe estará o risco de virmos a viver uma crise como a que o México vive agora, condenando seus cidadãos a mais alguns anos de recessão.

O presidente Fernando Henrique Cardoso acredita que o sinal vermelho que a crise mexicana acendeu em todas as economias da América Latina despertou a consciência cívica dos deputados e senadores brasileiros. Nós também esperamos que isso tenha acontecido ou venha a acontecer rapidamente mas, por via das dúvidas, a sociedade deve manter-se alerta para pressionar o Congresso Nacional a votar, em ritmo supersônico, as propostas de emenda constitucional que vai receber do governo no dia 15 de fevereiro.